

## **Planos de aula da exposição *Moçambique: independência e nação no acervo do AEL***

**Autores:** Guilherme Silva, Jéssica Cristina Rosa, Matheus Serva Pereira e Talita Favrin de Souza<sup>1</sup>

### **Apresentação**

A promulgação da lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB) tornando obrigatório o ensino de História da África e da História da Cultura Afro-brasileira, posteriormente reformulada pela lei 11.645/2008, são sinais de um novo lugar político e social dos movimentos negros e de áreas acadêmicas das universidades que pautaram suas lutas na denúncia do racismo. Esses avanços fazem parte também de um processo que começou a ser implementado pelas normatizações estabelecidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) a partir do final da década de 1990. Tendo como objetivo regular o exercício do ensino fundamental e médio no país, noções como as de cultura, diversidade cultural, identidades e relações étnico-raciais começaram a se fazer cada vez mais presentes nas políticas educacionais brasileiras. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), de 1998, a lei 10.639/03 e as diretrizes para a sua implementação estabelecidas em 2004, representam uma vontade e um esforço de democratização e correção de desigualdades históricas da sociedade brasileira.

No entanto, a aprovação da lei 10.639/03 gerou inquietações e dúvidas no meio acadêmico e escolar. Era consenso que o campo da História da África, mais do que o da História da Cultura Afro-brasileira, havia sido negligenciado no processo de formação de professores. A lei deixava claro o que os especialistas brasileiros em História da África vinham alertando desde muito tempo: tínhamos “esquecido” de estudar a África. A maioria dos professores que lecionam História na Educação Básica e Fundamental no Brasil não tiveram ou tiveram muito pouco de História da África em suas formações. Essa deficiência na formação corresponde muitas vezes a uma perpetuação em sala de aula de imagens estereotipadas e homogeneizadoras do continente africano.<sup>2</sup> Como aponta

---

<sup>1</sup> Guilherme Silva (Bacharel e Licenciado em História - Unicamp), Jéssica Cristina Rosa (Bacharel e Licenciada em História - Unicamp), Matheus Serva Pereira (Doutor em História Social da África - Unicamp. Investigador no ICS-Ulisboa, vinculado ao projeto “Arquivos coloniais nativos: micro-histórias e comparações”, PTDC/HAR- HIS/28577/2017) e Talita Favrin de Souza (Graduada em História - Unicamp).

<sup>2</sup> SANTOS, Lorene dos. “Ensino de História e a Lei 10.639/03: diálogos entre campos de conhecimento, diretrizes curriculares e os desafios da prática”. In: *Cadernos de História*. Belo Horizonte, v.12, n.17, 2º sem. 2011.

Anderson Oliva, até os anos 1990 a História da África nos currículos e nos livros escolares brasileiros pode ser considerada insignificante.<sup>3</sup>

Quando da inauguração da exposição “Moçambique: independência e nação no acervo do AEL” e da confecção dos planos de aula aqui apresentados, o novo cenário político brasileiro, inaugurado com a eleição, em 2018, de um quadro executivo altamente contrário as noções de direitos humanos correlatos as lutas antirracistas, indica um perigoso retrocesso. Segundo Hebe Mattos, ensinar História da África as alunas e alunos brasileiros é uma das principais maneiras de romper com a estrutura eurocêntrica que caracteriza a formação escolar do país.<sup>4</sup> O que fica evidente é que a reeducação étnico-racial por meio da abordagem de culturas negadas ou silenciadas nos currículos deve ser compreendida exatamente como uma forma de combater as desigualdades históricas de nossa sociedade. Nesse sentido, no âmbito da promoção de materiais escolares capazes de auxiliar professoras e professores de História do ensino fundamental e médio no Brasil, a equipe da exposição “Moçambique: independência e nação no acervo do AEL”, disponibiliza, em sua versão virtual, imagens e textos que poderão ser empregados como recursos didáticos. Exemplificando essas possibilidades, encontram-se, a seguir, dois planos de aula que aprofundam temáticas apresentadas na exposição: “Nacionalismo(s) no plural: a construção da nação em contextos africanos” e “Mulheres na luta por Independência”.

## **PLANO DE AULA 2: Mulheres na luta por Independência**

**Público:** 3º ano Ensino Médio (mundo pós-Guerra-Fria)

**Ementa:** Este plano de aula, voltado para alunos/as do 3º ano do Ensino Médio, busca analisar os movimentos por libertação africanos da dominação colonial europeia. Entendendo que existiram distintas experiências no processo de luta contra o colonialismo na África, sendo possível percebê-las a partir de categorias como as de

---

<sup>3</sup> OLIVA, Anderson Ribeiro. “A história africana nas escolas brasileiras. Entre o prescrito e o vivido, da legislação educacional aos olhares dos especialistas (1995-2006)”. In: *História* (São Paulo), vol. 28, núm. 2, 2009, p.143-172.

<sup>4</sup> MATTOS, Hebe Maria. “O ensino de história e a luta contra a discriminação no Brasil”. In: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel (Orgs.). *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologias*. Rio de Janeiro: Faperj; Casa da Palavra. 2003, p.127-136.

gênero, raça e classe, o plano de aula pretende focar a participação e o papel feminino africano nas lutas pelas independências.

**Duração:** 50 minutos

**Requisitos:** a aula é voltada para alunos/as do 3º ano do Ensino Médio que tenham estudado o Imperialismo Europeu, os processos de colonização da África e as teorias raciais do século XIX. O tema da aula também dialoga com outros, como a Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria e as ideologias em conflito desse contexto histórico. É recomendado que o/a professor/a encaminhe o plano de aula “Mulheres na luta por Independência” em conjunto com outras aulas que versem sobre a história da construção dos nacionalismos na África e da luta contra o colonialismo. O/A professor/a poderá encontrar material referente a essas temáticas no “*Plano de aula 1: Nacionalismo(s) no plural: a construção da nação em contextos africanos*”.

Os materiais necessários são:

- Projetor Digital;
- Caixa de som;
- Cópias digitais ou impressas das fontes listadas ao longo do plano de aula;
- Hino da Mulher Moçambicana.

### **Objetivos gerais**

A narrativa africana sobre sua libertação é fortemente marcada pelas vivências masculinas. Com essa aula pretende-se analisar as lutas por libertação no continente africano a partir da perspectiva da participação feminina no processo de descolonização, apresentando um novo olhar sobre a experiência revolucionária contra o colonialismo. A partir da experiência moçambicana, busca-se destacar alguns dos papéis das mulheres nesses movimentos.

### **Objetivo específico:**

Reconhecer, a partir de documentos existentes no AEL, a participação feminina na luta pela independência, apresentando outras experiências e narrativas para além das masculinas.

### **Roteiro de desenvolvimento do conteúdo:**

#### *1 - Atividade oral envolvendo a classe (10 min)*

O/A professor/a pode organizar a sala de forma circular e mediar o debate a partir de alguns questionamentos, como:

- O que nós somos afeta nossas experiências? Nesse sentido, a experiência de cada pessoa muda a partir do seu gênero? Por que sim/não?
- Quais os papéis de cada gênero em um contexto de luta armada? Homens e mulheres assumem as mesmas funções?
- Em um contexto de luta pela Independência, há espaço para a desigualdade de gênero?

As imagens a seguir podem ser utilizadas como forma de auxiliar visualmente os/as alunos/as a refletir sobre a atuação das mulheres nos contextos de luta armada pela descolonização africana.

#### ***Guiné-Bissau:***



PAIGC (Partido Africano de Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde), s.d.  
Fotografia de Samuel Lavelberg (Agência F4)  
Fundo Voz Unidade  
Fotografia 00814  
Guiné-Bissau.

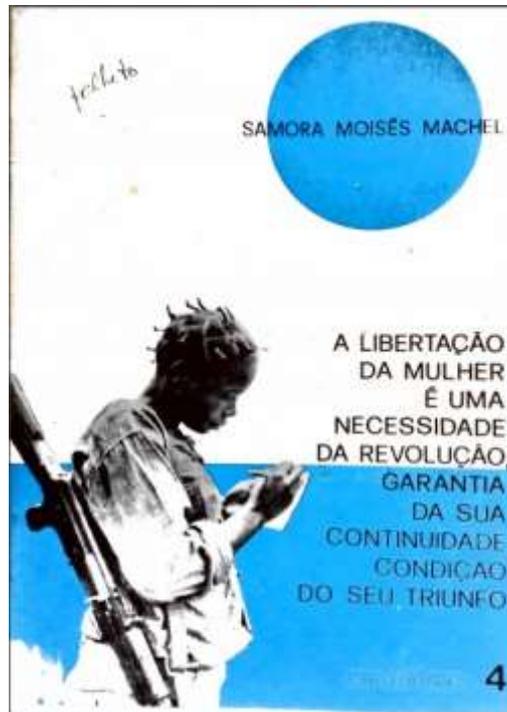


Partido Africano de Independência de Guiné Bissau e Cabo Verde, s.d.  
Fotografia de Samuel Lavelberg (Agência F4)  
Fundo Voz da Unidade (AEL).  
Políticas Internacionais  
Fotografia 0816  
Guiné-Bissau.

***Moçambique:***



S.t.; s.d.  
Cena do filme 25.  
Fundo Teatro Oficina (AEL).  
Fotografia 01829  
Moçambique.



Capa da versão publicada pelo Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO do discurso proferido por Samora Machel na abertura da Primeira Conferência da Mulher Moçambicana, em dezembro de 1972. “A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo”, 1979. In: Centro de Pesquisa e Documentação Social (AEL). Folheto 1269. Moçambique; Maputo.



“Em 4 de março de 1967 foi criado o Destacamento Feminino”.  
In: *História da FRELIMO*. Edição do Departamento de Trabalho Ideológico, FRELIMO, Imprensa do Partido. Maputo, 1983, p.16.

## 2 - Luta pela independência em contextos africanos - Moçambique (30 min)<sup>5</sup>

Exposição oral do professor explicando, brevemente, o processo de independência de Moçambique. Recomenda-se a construção de uma linha cronológica que apresente os principais marcos temporais desse processo. Cabe lembrar que definir uma data como importante ou não é um fator importante na história. Nesse sentido, o/a professor/a pode encontrar algumas datas significativas da luta armada contra o colonialismo português na imagem (colocar o número da imagem que corresponde ao cartaz com as datas existente no “25”), dialogando com o plano de aula 1 “Nacionalismo(s) no plural: a construção da nação em contextos africanos”.

Proposta de linha cronológica:

### *ANTECEDENTES*

- *Primeiro contato com os portugueses a partir de 1500;*
- *Transformações na relação da África com a Europa e implementação do colonialismo – século XIX*
- *Supressão dos movimentos de contestação anti-colonialistas (1890-1920’c)*
- *Apogeu da dominação colonial europeia na África (1890-1945)*

### *CONTEXTO INTERNACIONAL (1945-1970)*

- *Fim da Segunda Guerra Mundial*
- *Início das independências africanas (1950)*
- *Início da Guerra Fria, que chega a um momento crucial nos anos 1970;*

### *CONFLITO ARMADO PELA INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE*

- *Fundação da Frente de Libertação de Moçambique - FRELIMO (1962);*
- *1964 – Início dos conflitos armados pela independência moçambicana contra a dominação colonial portuguesa;*

---

<sup>5</sup> Caso este plano esteja sendo trabalhado conjuntamente ao “Plano de aula 1: Nacionalismo(s) no plural: a construção da nação em contextos africanos”, ou suceda a aula sobre independências em contextos africanos, o/a professor/a poderá avaliar a sua necessidade de utilização, visto que os alunos já possuem familiaridade com o processo de Independência de Moçambique. Dessa forma, otimize o tempo excedente para analisar um ou mais documentos com a classe.

- *1974 – Queda do fascismo em Portugal;*
- *Independência de Moçambique em 1975*
- *Ascensão de Samora Machel, líder da FRELIMO, como primeiro presidente moçambicano (1975-1986)*
- *1977: alinhamento oficial da FRELIMO e, conseqüentemente, de Moçambique com o ideal marxista-leninista*

### *3 - Experiência feminina na luta pela independência Moçambicana (30 minutos)*

Trabalho com fonte histórica.

O/a professor/a deve levar os trechos selecionados para serem lidos em sala de aula em conjunto com os/as alunos/as. Deverá ser analisado o enxerto do livro “A libertação da mulher é uma necessidade da Revolução, garantia de sua continuidade, condição do seu triunfo”, escrito por Samora Machel, e publicado em 1979. Seu objetivo era o de definir o “lugar” da mulher na experiência revolucionária moçambicana:

Como fazer triunfar a Revolução sem libertar a mulher? Será possível liquidar-se o sistema de exploração, mantendo uma parte da sociedade explorada? Não se pode liquidar só uma parte da exploração e da opressão, não se pode arrancar metade das raízes da erva ruim sem que esta renasça mais forte ainda a partir da outra metade que sobreviveu.

Como fazer então a Revolução sem mobilizar a mulher? Se mais de metade do povo explorado e oprimido é constituído por mulheres, como deixá-las à margem da luta? A Revolução para ser feita necessita de mobilizar todos os explorados e oprimidos, por consequência as mulheres também. A Revolução para triunfar tem que liquidar a totalidade do sistema de exploração e opressão, libertar todos os explorados e oprimidos, por isso tem que liquidar a exploração e opressão da mulher, é obrigada a libertar a mulher.

Considerando ainda a necessidade fundamental de a Revolução ser prosseguida pelas novas gerações, como poderemos assegurar a formação revolucionária das gerações de continuadores, se a mãe, primeira educadora, se encontra à margem do processo revolucionário? Como fazer do lar do explorado, do oprimido, uma célula do combate revolucionário, um centro difusor da nossa linha um estímulo para o engajamento da família, quando a

mulher permanece apática a este processo, indiferente à sociedade que está sendo criada e surda ao apelo do Povo?

Dizer-se que a mulher não sente a necessidade de se libertar, ou que muitas vezes é a FRELIMO, e não as mulheres, quem defende a emancipação da mulher - é um argumento sem peso, que não resiste à análise. As mulheres sentem essa dominação, sentem a necessidade de modificar a sua situação. O que existe é que a dominação exercida pela sociedade, asfixiando-lhes a iniciativa, impede-as frequentemente de exprimirem as suas aspirações, impede-as de conceberem os métodos da sua luta. É a este nível que intervém a FRELIMO, vanguarda consciente das mulheres e homens de Moçambique, do Povo oprimido/ ela formula a linha, indica os métodos de combate. (MACHEL. 1979, p. 11-12)<sup>6</sup>

Portanto, as palavras de Samora Machel reforçam a ideia de que a libertação da mulher dependia da Revolução, bem como não haveria Revolução plena sem a libertação feminina. Nesse projeto político, a mulher deveria lutar contra a passividade, a resignação e a dominação colonial (MARIANI, 2012). O processo de luta feminina, de acordo com essa linha de pensamento, deveria ser concretizado interna e externamente. A visão sobre a mulher era fortemente marcada pela dualidade existente nessa perspectiva, como, por exemplo, quando pensamos nas visões sobre os papéis femininos estabelecidos como norma pela sociedade: a) ser mais frágil e posicionada na base das pirâmides de opressão, uma vez que oprimida pelo oprimido (homem negro/africano colonizado); e b) libertação da mulher de uma maneira ampla como forma essencial e indispensável para o sucesso do processo revolucionário.

Segundo a pesquisadora Isabel Casemiro:

Na década de [19]60-70, a FRELIMO foi, talvez, dos poucos movimentos nacionalistas, no continente Africano, que defendeu que a emancipação da mulher deveria ocorrer em simultâneo com a luta pela libertação do jugo colonial, e pela construção duma sociedade nova, adiantando que apenas a participação da mulher na luta, e em todas as frentes de combate, poderia fazer avançar o processo revolucionário, rumo a uma sociedade livre de todas as formas de opressão (CASIMIRO, 2001, p. 03)

---

<sup>6</sup> O livro completo pode ser consultado por meio do link: <https://drive.google.com/file/d/0B-sIeWdvWLHeVIVKdEM5RDRRam8/view?usp%3Dsharing&sa=D&ust=1547213725060000&usg=AFQjCNGqglxZcwbTIIWZGXd0wJEYI-Dd9Q>

A mulher, enquanto agente das causas revolucionárias em prol das independências africanas teve papel importante na luta armada, por vezes ocupando cargos militares de destaque. A participação dessas mulheres envolveu debates e confrontos relacionados à divisão sexual do trabalho e o papel enquanto mães e esposas, socialmente entendido como prioridade das mulheres. Ainda assim, segundo Isabel Casimiro (2001), grupos de mulheres organizaram-se voluntariamente para participar militarmente da FRELIMO. No primeiro período depois de sua criação, a FRELIMO estimulou a criação de organizações sindicais de mulheres e advogava por salários iguais para trabalhos iguais, independentemente da cor, sexo ou religião. Diferentes mulheres e homens moçambicanos, dentro e fora do país, aderiram ao projeto da FRELIMO como forma de se verem livres do colonialismo e do racismo. Contudo, com a independência, em 1975, e a adoção do marxismo-leninismo como ideologia do partido, a emancipação feminina foi considerada elemento secundário. A noção da revolução como projeto de uma nova sociedade emanada a partir da luta de classes e a consequente supressão das divisões classistas, compreendia a igualdade entre gêneros como mais uma etapa que viria a ser atingida pelo futuro anunciado.

#### *4. Análise de fonte - Hino da Mulher Moçambicana (20 minutos)*

Documento marcado pela ambiguidade da época em relação a participação feminina na luta pela libertação moçambicana do colonialismo e o seu papel no novo país que surgia, sugerimos o trabalho com o Hino da Mulher Moçambicana, composto na década de 1970,<sup>7</sup> com os/as alunos/as para, em seguida, analisá-lo criticamente com base do conteúdo previamente explicitado pelo/a professor/a.

*Letra:*

I

Cantemos com alegria o 7 de Abril

O dia consagrado à Mulher Moçambicana

Companheira inseparável do homem engajado

---

<sup>7</sup> O Hino está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EO5sT8uDjuw>. Consultado em 01 de março de 2019.

Na luta contra a velha sociedade exploradora

Quem é?

Aquela que mobiliza e organiza o nosso Povo

Quem é?

Aquela que produz e alimenta os combatentes

É a Mulher Moçambicana Emancipada

Que destrói as forças da opressão

II

Lutando com firmeza contra as ideias velhas

Ignorância, obscurantismo, poligamia ou lobolo

Levando no olhar a certeza da vitória

Sabendo que a vitória se constrói com o sacrifício

Quem é?

Aquela que ergue alto o farol da Liberdade

Quem é?

Que grita ao mundo inteiro

Que a nossa luta é a mesma

É a Mulher Moçambicana Emancipada

Que traz o Povo no seu coração

III

Do Rovuma ao Maputo unamos nossas forças

Cimentemos a unidade ideológica do Povo

A Frelimo já traçou a política do Povo

Quo deve ser vivida e difundida noite e dia

Avante

Avante, Moçambicanos

Avante, Homens e Mulheres

Na unidade, no trabalho e vigilância

Venceremos a exploração

Após a familiarização com a sua letra, a análise poderá ser feita, inicialmente, por meio de questionamentos gerais. Em seguida, o/a professor/a poderá promover uma leitura mais atenta junto aos alunos/as, debatendo o conteúdo de algumas estrofes. As questões mais abrangentes servirão para iniciar os estudantes à discussão de maneira progressiva, até que estejam interessados em analisar o documento de forma mais minuciosa. Algumas perguntas gerais que poderão ser feitas, são:

- O que acharam do hino? O que mais chamou a atenção na letra da canção?
- O hino tem relação com o que foi apresentado até agora? Em qual parte?
- Como a canção idealiza a mulher moçambicana?

Em seguida, o/a professor/a poderá direcionar a análise das estrofes da canção, guiando os/as alunos/as na identificação de alguns trechos pertinentes para a reflexão da aula. É importante que os alunos e as alunas sejam questionados, cabendo ao/à professor/a conduzir o debate, e não analisá-lo completamente sozinho.

*Cantemos com alegria o 7 de Abril*

*O dia consagrado à Mulher Moçambicana*

*Companheira inseparável do homem engajado*

*Na luta contra a velha sociedade exploradora*

A primeira informação diz respeito ao Dia da Mulher Moçambicana, concebido em 1971, em homenagem à segunda esposa de Samora Machel, Josina Machel, por conta de seu engajamento político pela libertação de Moçambique e da emancipação feminina.<sup>8</sup> Vale a pena refletir sobre o peso simbólico dessa data: mesmo com a existência do Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de Março, há a necessidade em dedicar um dia exclusivo à mulher moçambicana, o que pode ser justificado pelo nacionalismo

---

<sup>8</sup> Disponível em: <https://bigslam.pt/noticias/7-de-abril-dia-da-mulher-mocambicana-2/>

vigente nas lutas de emancipação feminina e pelos ideais de construção de uma identidade da mulher pela adjetivação da sua nacionalidade enquanto moçambicana, o que a distinguia das demais existentes. No verso “*Companheira inseparável do homem engajado*”, a mulher, em contraposição ao ideário apresentado no discurso de Samora Machel, não é mais compreendida enquanto independente da figura masculina dentro da militância política. Como é de se esperar, “*a velha sociedade exploradora*” faz menção ao passado com o qual se quer romper: o colonialismo português.

*Quem é?*

*Aquela que mobiliza e organiza o nosso Povo*

*Quem é?*

*Aquela que produz e alimenta os combatentes*

*É a Mulher Moçambicana Emancipada*

*Que destrói as forças da opressão*

No refrão, é possível identificar quais são as funções a serem desempenhadas pela *Mulher Moçambicana Emancipada*. Caberia a ela a mobilização e articulação política do povo, produzir e alimentar os combatentes. Em outras palavras, seu papel, segundo o enunciado e produzido pela canção, seria o de dialogar com a população, gerar os guerrilheiros e zelar por eles. Dessa forma, mantém-se a perspectiva que associa a mulher ao cuidado e à procriação dentro do processo da luta pela libertação, excluindo-a enquanto capaz de pegar em armas para lutar por causas que acredite e reforçando estereótipos de gênero.

*Lutando com firmeza contra as ideias velhas*

*Ignorância, obscurantismo, poligamia ou lobolo*

*Levando no olhar a certeza da vitória*

*Sabendo que a vitória se constrói com o sacrifício*

Dessa vez, as “ideias velhas” não se referem às heranças deixadas pelos colonizadores portugueses, mas às práticas endógenas moçambicanas. As lutas pela libertação visavam também romper com o que era designado na época como “tribalismos”, visto que a pluralidade contida nas várias práticas sociais e culturais existentes no espaço físico moçambicano eram entendidas como contrárias a unidade nacional. Assim, manter tais práticas “tradicionais”, como as manifestações religiosas,

crenças e superstições africanas, a poligamia (união conjugal de um homem com várias mulheres) e o lobolo (costume em que a família do noivo dá certa quantia material à família da noiva como forma de compensar a “perda” deste membro da família devido o matrimônio) seria permanecer na ignorância.

*Quem é?*

*Aquela que ergue alto o farol da Liberdade*

*Quem é?*

*Que grita ao mundo inteiro*

*Que a nossa luta é a mesma*

*É a Mulher Moçambicana Emancipada*

*Que traz o Povo no seu coração*

Nesta parte da canção, a mulher moçambicana é representada com algum protagonismo. Nela é depositada a esperança pela liberdade. É ela quem detém a retórica política (“*que grita ao mundo inteiro...*”) e reconhece que a luta pela sua emancipação se dá igual e concomitantemente com a luta pela libertação de Moçambique (“*...que a nossa luta é a mesma*”).

*Do Rovuma ao Maputo unamos nossas forças*

*Cimentemos a unidade ideológica do Povo*

*A Frelimo já traçou a política do Povo*

*Quo deve ser vivida e difundida noite e dia*

Aqui, sobressai-se o ideal de unificação em torno do projeto da FRELIMO para que seja possível alcançar a libertação. Tal união é proposta a todo o território compreendido entre Rovuma (rio no norte de Moçambique, que delimita sua fronteira com a Tanzânia) ao Maputo (capital do país localizada no extremo sul), pensando-se, então, em uma unidade geográfica. Ao povo circunscrito a essa região designar-se-ia uma única ideologia estabelecida pela FRELIMO.

*Avante*

*Avante, Moçambicanos*

*Avante, Homens e Mulheres*

*Na unidade, no trabalho e vigilância*

Por fim, a união de homens e mulheres em prol da luta pela liberdade é reforçada na estrofe “Avante, Homens e Mulheres”.

**Para saber mais: a imprensa em Moçambique**

O primeiro jornal publicado em Moçambique data-se de 1854. Intitulado *Boletim do Governo de Moçambique*, sua vida, obviamente não homogenia, foi longa, tendo perdurado até a independência, em 1975. Apesar de possuir seções dedicadas a notícias gerais, sua vocação era de cunho oficial. A tipografia para sua impressão foi instalada na Ilha de Moçambique, no norte do país. O *Boletim* reinou absoluto no meio periodista moçambicano até a década de 1870, quando apareceram jornais particulares em outras cidades. O *Boletim* migrou para o sul do país, em 1898, com a mudança da capital da ilha para Lourenço Marques (atual Maputo). Desde o final do século XIX, com o crescimento da importância da cidade de Lourenço Marques, que a imprensa se tornou um local privilegiado para disputas de projetos políticos. Rapidamente, surgiram variados títulos e uma dinâmica circulação de periódicos. Jornais como *O Africano* (1908-1920) e *O Brado Africano* (1918-1974) são importantes exemplos das diferentes formas de posicionamento de uma camada letrada africana em relação ao colonialismo e de como utilizaram a imprensa como plataforma de reivindicação. Ao longo do século XX, os jornais em Moçambique passaram por variadas formas de censura impostas pelo poder colonial. Uma das mais importantes foi a criada em 1926, que obrigou os jornais a terem um diretor com um grau de escolaridade inexistente no território colonial. Na prática, a lei forçava a concentração da imprensa em mãos brancas/portuguesas. Com a independência, a FRELIMO tratou os meios de comunicação social como um instrumento para a formação do novo país. Nesse sentido, promoveu a centralização e o controle da imprensa periódica e, conseqüentemente, o fechamento ou a nacionalização de muitos dos jornais existentes até então. A partir de 1990, com a implementação de uma nova constituição pluralista e liberal moçambicana, instituiu-se a liberdade de imprensa.

A exposição virtual do “Congresso Internacional Política e Cultura na Imprensa Periódica Colonial” disponibiliza acesso à alguns exemplares de jornais publicados durante o período colonial para todo o território africano dominado por Portugal e pode ser acessada pelo link: <http://expocomum.org/home> (consultado em 27 de março de 2019).

*5 - Proposta de atividade para casa (10 minutos para discussão em sala da atividade)*

Atividade em dupla ou trios a ser realizada em casa pelos alunos.

Em sala de aula, o/a professor/a exibirá a entrevista de Paulina Chiziane, importante escritora moçambicana, sobre sua experiência na luta pela independência.<sup>9</sup> Em conjunto com os/as alunos/as o/a buscará comparar o conteúdo da entrevista com o que foi abordado durante a aula. O intuito é de apresentar a interpretação de uma mulher moçambicana sobre o período de independência do país e de perceber como a autora reconhece que a participação feminina na luta pela independência foi essencial para o seu sucesso. Esse fenômeno influenciou a presença das mulheres em cargos políticos da atualidade, o que, por consequência, faz com que Moçambique construa uma legislação avançada na perspectiva da igualdade de gênero. Ainda assim, como aponta a autora, a luta por essa pauta continua em aberto e muito precisa ser conquistado.

*Bibliografia comentada:*

CASIMIRO, Isabel Maria. “Repensando as relações entre mulher e homem no tempo de Samora”, *Centro de Estudos Africanos*, Universidade Eduardo Mondlane, 2001.

*Texto de caráter memorialístico sobre o papel da mulher durante a luta armada, no período da FRELIMO marxista-leninista e quando Moçambique entra na economia de mercado, a partir dos anos 1990. Importante porque a autora fez parte da FRELIMO e posiciona-se criticamente sobre como o partido acabou por abandonar a pauta da emancipação feminina com o avanço da revolução em prol da construção do Estado-nacional no período pós-colonial.*

MARIANI, Bethania. “Discurso revolucionário moçambicano e a escrita do homem novo”. In: *Via Atlântica*, São Paulo, N. 21, JUL/2012, p. 59-74

*Texto sobre a construção do “homem novo”, da “nova sociedade” e dos conceitos forjados pela FRELIMO no processo de construção da identidade nacional, dando atenção ao papel da mulher nesta nova nação e como ele deveria ser conquistado.*

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aYfnwXeHoVk>. Consultado em 01 de março de 2019. Se for preciso fazer edições no vídeo por conta do tempo da aula, sugerimos os trechos entre os minutos 4:25 a 7:12; 9:12 e 13:50. Também recomendamos que o/a professor/a leia a entrevista de Paulina Chiziane disponível em: [http://www.buala.org/en/face-to-face/the-angels-of-god-are-white-to-this-day-interview-with-paulina-chiziane?fbclid=IwAR2KA6-kOJJdS6JLN-9Q4e5E9dt\\_OBtpeY9QVI9-SAD3xtWNU7jpe0PYIY](http://www.buala.org/en/face-to-face/the-angels-of-god-are-white-to-this-day-interview-with-paulina-chiziane?fbclid=IwAR2KA6-kOJJdS6JLN-9Q4e5E9dt_OBtpeY9QVI9-SAD3xtWNU7jpe0PYIY). Consultado em 01 de março de 2019.

*Analisa folhetos da própria FRELIMO criticamente e pode ser utilizado como ferramenta para ajudar o professor na análise dos documentos textuais.*

*Bibliografia Complementar:*

MENESES, Maria Paula. “Mulheres insubmissas? Mudanças e conflitos no norte de Moçambique”. In: *ex æquo*, Coimbra, n.º 17, 2008, pp. 71-87

*Texto sobre os lugares sociais ocupados pelas mulheres nas províncias do norte de Moçambique, marcado fortemente pela presença de culturas matrilineares e islâmicas. Por vezes, a autora apresenta a importância das mulheres nas sociedades do norte de Moçambique nas decisões políticas locais.*

SAMB, Fatima. “A mulher moçambicana e as práticas culturais”. In: MAÍRA, Carolina; MORAIS, Gomes; PEREIRA, Matheus Serva, MATTOS, Regiane Augusto de (organizadores). *Encontros com Moçambique*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016.

*O texto busca, partindo da análise do romance “Niketche: uma história da poligamia”, de Paulina Chiziane, entender os debates a respeito das práticas culturais locais das mulheres moçambicanas.*

*Material complementar:*

Entrevista da escritora Paulina Chiziane: Entrevista concedida por Paulina Chiziane ao site Justificando, em setembro de 2016. Com o intuito de humanizar o processo e aproximar os alunos das questões explicitadas pela aula, contextualizar a biografia de Chiziane, enfatizando sua militância na FRELIMO e a importância de sua escrita para dar voz à condição feminina em Moçambique, sugerimos a entrevista “Sobre Contar Histórias | Justificando Entrevista Paulina Chiziane“ em que a autora conta sobre a participação feminina no processo de independência e sua relação com a escrita. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aYfnwXeHoVk>. Consultado em 01 de março de 2019.